

Amanda Braga / Israel de Sá (org.)

Discursos e
desigualdades:
cartografar com **Foucault**

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

B813d Braga, Amanda; Sá, Israel de (orgs.).

Discursos e desigualdades: cartografar com Foucault /
Organizadores: Amanda Braga e Israel de Sá. –
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2024; figs.; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0500-0.

1. Análise do Discurso. 2. Filosofia. 3. Linguística. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia. 100
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística. 410



Amanda Braga / Israel de Sá (org.)

Discursos e
desigualdades:
cartografar com **Foucault**



Copyright © 2024 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: Amanda Braga
Revisão: Yumi T. Melo

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UnB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil - 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - CARTOGRAFAR AS DESIGUALDADES: DISCURSO,
MEMÓRIA E RESISTÊNCIA..... 9
Amanda Braga
Israel de Sá

I - DESIGUALDADES POLÍTICAS

DESIGUALDADE, UM ENUNCIADO DE VERIDICÇÃO NA ARTE DE
GOVERNAR DE LULA 39
Cleudemar Alves Fernandes

INVISIBILIDADES E DESIGUALDADES NA RAZÃO NEOLIBERAL: SUJEITOS
DE INTERESSE E DE DIREITO ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO 63
Kátia Menezes de Sousa

A REVELAÇÃO DA DESIGUALDADE E A DIREITA REBELDE: ESBOÇOS
DE UMA TOPOGRAFIA DA POLÍTICA ARGENTINA ATUAL 91
Mariano Dagatti

AFETOS DA FALA PÚBLICA: UMA BREVE CARTOGRAFIA DE
DESIGUALDADES..... 127
Carlos Piovezani

II - DESIGUALDADES DE GÊNERO

A VIOLÊNCIA COMO ENUNCIADO RIZOMÁTICO NA EXPERIÊNCIA DAS
MASCULINIDADES: A FALA, A VOZ E O SILÊNCIO DOS HOMENS 161
Pedro Navarro

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA CPI DO MST: SILENCIAMENTOS E
RESISTÊNCIAS NA FALA PÚBLICA DE SÂMIA BOMFIM..... 213
Amanda Braga

AS DESIGUALDADES NA POLÍTICA: SUBJETIVIDADE E VERDADE NAS DENÚNCIAS DE MULHERES	239
Vanice Sargentini	

“A DOR DA DOR DAS OUTRAS” NO REENCONTRO DE DISCURSOS, CORAGEM DA VERDADE E ESCRITA DE SI	267
Denise Gabriel Witzel	

III - DESIGUALDADE, SUBJETIVIDADE E GRUPOS MINORIZADOS

“QUAL EXPERIÊNCIA PODEMOS FAZER DE NÓS?” CONFISSÃO, VERDADE E SUBJETIVIDADE.....	299
Bruno Franceschini	
Ester Geovana de Sousa Albuquerque	

EM DEFESA DE UMA TRANSVERDADE DO SUJEITO	325
Sandro Braga	

CONSTITUIÇÕES DISCURSIVAS DA TERRITORIALIDADE INDÍGENA: ANCESTRALIDADE, MEMÓRIA E REGIMES DE SABER DESVIANTES	345
Israel de Sá	

HOSPITALIDADE ASSIMÉTRICA BRASILEIRA NO ARQUIVO DA ESTRANGEIRIDADE.....	375
Jocenilson Ribeiro	

ENTRE O INCONVENIENTE E O TOLERADO: INVISIBILIZAÇÃO DO SUJEITO NA OBJETIVAÇÃO CRISTÃ	401
Cristina Batista de Araújo	

IV - DESIGUALDADES NA PRODUÇÃO E NA CIRCULAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O AVESSO DA LITERATURA: UMA ANÁLISE DA INTERDIÇÃO DO ROMANCE DE JEFERSON TENÓRIO À PELE DOS ESTUDOS DISCURSIVOS FOUCAULTIANOS	423
Pedro Henrique Varoni de Carvalho	
Cássia dos Santos	
Daniel Perico Graciano	

A “LIBERDADE DE EXPRESSÃO” COMO ÁLIBI: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE SEUS USOS E ABUSOS PELA EXTREMA DIREITA BRASILEIRA.....	445
--	-----

Luzmara Curcino

Joseli Machado

“É VERDADE ESSE BILETE!”: RACIONALIDADES EM JOGO NA PRODUÇÃO DA (DES)INFORMAÇÃO MIDIÁTICA	473
---	-----

Vinícius Durval Dorne

SOBRE OS AUTORES.....	495
-----------------------	-----

APRESENTAÇÃO

CARTOGRAFAR AS DESIGUALDADES: DISCURSO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Amanda Braga (UFPB)
Israel de Sá (UFU)

Veremos que não há como dominar totalmente o passado, mas o que pretendemos fazer aqui neste livro é “lembrar”. Essa é a melhor maneira de repensar o presente e não “esquecer” de projetar o futuro.
(Lília Schwarcz)¹

“O Brasil continuou a ter um dos níveis mais altos de desigualdade do mundo”: esta é a conclusão a que chega o relatório intitulado *O estado dos direitos humanos no mundo*², publicado pela Anistia Internacional em abril de 2024. Durante o ano de 2023, nos diz o relatório, permanecemos em constante estado de vulnerabilidade social na medida em que nos foram negados — muito mais aos grupos minorizados do que àqueles hegemônicos — direitos humanos universais como a liberdade, a educação, a saúde e a moradia. Nesse cenário, mulheres, negros, pobres, povos indíge-

1 SCHWARCZ, Lília. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 20.

2 *O ESTADO dos direitos humanos no mundo*. Relatório da Anistia Internacional, abr. 2024. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe-anual/relatorio-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo-2024/>. Acesso em: 12 jun. 2024.

nas, quilombolas e LGBTQIA+ prosseguiram como grupos sobre os quais recaíram, prioritariamente, diversas e distintas práticas de coerção, violação e silenciamento. Não por acaso, famílias negras e indígenas foram as maiores vítimas de mortalidade materna, insegurança alimentar, déficit habitacional, abandono escolar, invasões ilegais, violência sexual e violência de gênero. Além disso, o uso excessivo da força pela polícia resultou em homicídios, torturas, desaparecimentos e detenções arbitrárias; do mesmo modo, eventos climáticos extremos, associados ao pouco interesse político pela salvaguarda do meio ambiente, provocaram mortes, destruição de áreas habitacionais e deslocamentos forçados.

Mas nenhum desses fatores é inédito na história do Brasil: o Brasil não se tornou desigual em 2023. Pelo contrário: a nossa história é uma vasta história de desigualdades e de suas repercussões. Este diagnóstico, se levado a sério, deveria ser razão suficiente para que o tema fosse tratado como ponto de pauta perene em todo o país. Não é o que acontece: as relações sociais desniveladas, os interesses particulares, bem como as relações de poder que lhes são intrínsecas fazem com que nem todos reconheçam a gravidade das desigualdades e de suas injustas consequências, tampouco se interessem por sua eliminação ou pelo menos por sua atenuação. No cenário político, por exemplo, os discursos que tematizam as desigualdades se dão a ver de modos distintos em diferentes momentos, variando a credibilidade e a urgência que lhes são atribuídas, bem como seus níveis de visibilidade, ao sabor das condições de possibilidade que se lhes apresentam. Para exemplificar o que dizemos, vejamos um trecho do pronunciamento feito por Luíz Inácio Lula da Silva (PT) ao tomar posse como presidente da República em janeiro de 2023, após ter vencido Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais em 2022:

Mas o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza, e garantir a cada pessoa deste país o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia — e nós cumprimos esse compromisso: acabamos com a fome e a miséria, e reduzimos fortemente a desigualdade. Infelizmente hoje, 20 anos depois, voltamos a um passado que julgávamos enterrado. Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminosa. A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer. A fome está de volta — e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina. A volta da fome é um crime, o mais grave de todos, cometido contra o povo brasileiro. A fome é filha da desigualdade, que é mãe dos grandes males que atrasam o desenvolvimento do Brasil. A desigualdade apequena este nosso país de dimensões continentais, ao dividi-lo em partes que não se reconhecem. De um lado, uma pequena parcela da população que tudo tem. Do outro lado, uma multidão a quem tudo falta, e uma classe média que vem empobrecendo ano após ano. Juntos, somos fortes. Divididos, seremos sempre o país do futuro que nunca chega, e que vive em dívida permanente com o seu povo. Se queremos construir hoje o nosso futuro, se queremos viver num país plenamente desenvolvido para todos e todas, não pode haver lugar para tanta desigualdade. O Brasil é grande, mas a real grandeza de um país reside na felicidade de seu povo. E ninguém é feliz de fato em meio a tanta desigualdade. [...]

Por isso, eu e meu vice Geraldo Alckmin assumimos hoje, diante de vocês e de todo o povo brasileiro, o compromisso de combater dia e noite todas as formas de desigualdade. Desigualdade de renda, de gênero

e de raça. Desigualdade no mercado de trabalho, na representação política, nas carreiras do Estado. Desigualdade no acesso a saúde, educação e demais serviços públicos. Desigualdade entre a criança que frequenta a melhor escola particular, e a criança que engraxa sapato na rodoviária, sem escola e sem futuro. Entre a criança feliz com o brinquedo que acabou de ganhar de presente, e a criança que chora de fome na noite de Natal. Desigualdade entre quem joga comida fora, e quem só se alimenta das sobras. [...]

Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo: trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comuns. É tempo de união e reconstrução. Por isso, faço este chamamento a todos os brasileiros e brasileiras que desejam um Brasil mais justo, solidário e democrático: juntem-se a nós num grande mutirão contra a desigualdade.³

No pronunciamento de Lula, há primeiramente a reativação de uma memória: a memória de um mandato anterior, do compromisso assumido e dos resultados alcançados: “acabamos com a fome e a miséria, e reduzimos fortemente a desigualdade”. Na sequência, há o diagnóstico daquilo que foi desfeito 20 anos depois, particularmente no que concerne ao retorno da fome: a fome como metonímia da desigualdade, como crime cometido contra o povo (sem complemento de agente, ainda que a informação

3 LEIA na íntegra os discursos de Lula na posse. *Uol*, 01 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/posse-lula-discursos-congresso-planalto-integra.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.

não esteja longe). Por fim, há ainda no pronunciamento de Lula uma convocação ao trabalho coletivo, a partir do qual se poderia chegar a um país “plenamente desenvolvido”. Ali, o presidente não apenas renova o compromisso no combate às desigualdades, como também cartografa suas distintas formas: desigualdades de renda, de gênero, de raça, de acesso ao mercado de trabalho, de representação política, de acesso à saúde, à educação, à habitação e à alimentação. E repete: “Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo”.

O pronunciamento de Lula é um modelo retórico⁴ muito bem-acabado, na medida em que constrói sua competência, refina seus argumentos e arrebatada pela emoção: “a criança feliz com o brinquedo que acabou de ganhar de presente, e a criança que chora de fome na noite de Natal”. Mas, mais do que isso, o pronunciamento de Lula, já no dia de sua posse, é um indicativo da credibilidade e da extensa visibilidade que teria a problemática das desigualdades no discurso presidencial a partir de então. Não sem motivo, após a cerimônia, a temática tornou-se lugar comum em declarações da equipe de governo, em reuniões de planejamento e em propostas de políticas públicas. Nesse cenário, nos interessa perceber um deslocamento: se a necessidade dessa visibilidade decorre, claro, da própria estrutura social brasileira, ela decorre ainda mais da naturalização ou do apagamento das desigualdades a que assistimos no governo anterior. Ora, foi Jair Bolsonaro quem afirmou à imprensa estrangeira, ainda como presidente, que “ninguém morre de fome no Brasil”.⁵ É também ele, concomitantemente,

4 ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

5 “ESTOU aqui para cumprir missão de Deus”, diz Bolsonaro à imprensa estrangeira. *Uol*, 20 jul. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2019/07/20/estou-aqui-para-cumprir-missao-de-deus-diz-bolsonaro-a-imprensa-estrangeira.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.

o agente do “crime da fome” ao qual Lula faz referência em seu pronunciamento, ainda que não o tenha nomeado.

Mas as práticas que buscam a naturalização ou o apagamento das desigualdades no Brasil não têm início com Jair Bolsonaro. Recuemos um pouco no tempo para depois chegarmos novamente a ele, mais à frente. Na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1844, um concurso público organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB convidava os candidatos a discorrerem sobre o seguinte tema: “Como se deve escrever a história do Brasil”.⁶ Pela própria formulação da temática, ao menos duas posturas poderiam ser adotadas pelos aspirantes ao prêmio: por um lado, poder-se-ia propor uma historiografia comprometida com aquilo que se teria processado desde 1500, considerando um senso crítico capaz de denunciar as desigualdades que se marcaram a partir da invasão portuguesa e das tantas arbitrariedades que lhe sucederam; por outro lado, poder-se-ia também propor um trabalho historiográfico comprometido com a narrativa europeia, com a recém-instituída monarquia, com uma origem mítica e carregada de glórias passadas que ecoariam no presente e no futuro. De um modo ou de outro, tratava-se de propor um regime de memória que construiria, interpretaria e qualificaria a história brasileira.

O vencedor do concurso foi um estrangeiro: o naturalista bávaro Karl von Martius. Em seu texto, Martius defendia uma reflexão historiográfica pautada naquilo que lhe parecia particularidade brasileira: a mestiçagem. Seria preciso mostrar, segundo ele, “como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra”.⁷ A princípio, a horizontalidade da imagem — três raças “uma ao lado

6 SCHWARCZ, ref. 1, p. 13

7 MARTIUS, 1844 *apud* SCHWARCZ, ref. 1, p. 15.

da outra” — supõe um Brasil capaz de acomodar brancos, negros e indígenas sob o mesmo teto e sob as mesmas condições de vida, numa convivência pacífica e harmoniosa. Mas ao mesmo tempo em que pressupunha essa ausência de desigualdades, a metáfora dos rios utilizada pelo naturalista deixaria entrever certa hierarquia entre as raças. Isto porque Martius defendia uma nação constituída por três grandes rios: um rio grande e caudaloso, constituído pelos brancos, um segundo menor, constituído pelos indígenas, e um terceiro rio, ainda mais diminuto, constituído pelos negros. Em consonância com o tamanho de cada um, a ideia de Martius era a de que o rio maior, de herança portuguesa, acabaria por absorver e mesmo por “limpar” os demais.

A vitória de Martius representava, pois, o desejo imperial de “contar uma história pátria — a europeia — e mostrar como ela se imporia, ‘naturalmente’ e sem conflitos, às demais”.⁸ A vitória de Martius era o triunfo de uma história que se queria pacífica, a despeito de atrocidades como o sistema escravocrata, que ainda vigoraria até o fim do século, e a dizimação dos povos indígenas, cujas terras continuariam a ser invadidas. A vitória de Martius era, enfim, a melhor expressão daquilo que caracterizaria os governos autoritários: as formas de apagamento que atenuam as desigualdades e invisibilizam as práticas de violência, impossibilitando o reconhecimento de seus efeitos perversos e a promoção de um combate efetivo. Não por acaso, o texto de Martius ganharia ampla repercussão por parte do IHGB e acabaria por produzir eco em grande parte da Sociologia produzida no Brasil no século XX.

Para comprová-lo, basta que citemos a ideia segundo a qual o Brasil seria uma *democracia racial*: ideia que será denunciada por Florestan Fernandes como sendo um mito, mas que nem por isso deixará de frequentar, nas últimas décadas do século XIX e

8 SCHWARZ, ref. 1, p. 16.

principalmente na primeira metade do século XX, a obra de autores como Sílvio Romero, Oliveira Viana, Artur Ramos e Gilberto Freyre. Se, àquela altura, a ideia de um paraíso racial construía a imagem de um Brasil no qual não havia barreiras institucionais para a ascensão social dos negros, a expressão *democracia racial* surge da tentativa de lhe ofertar um caráter propriamente científico.⁹ Usada pela primeira vez por Arthur Ramos, em 1943,¹⁰ a expressão consolida-se, no Brasil e para além dele, na obra de Gilberto Freyre.¹¹ Trata-se de um mito que abrandou as desigualdades que sempre perpassaram as relações entre brancos e negros por aqui e que, justamente por isso, impediu, em grande medida, o reconhecimento e o efetivo combate de um racismo que é, como sabemos, estrutural.¹²

Mas as crenças que trabalharam pelo silenciamento das desigualdades brasileiras não se limitaram ao mito da *democracia racial*. Marilena Chauí cita algumas outras: (i) a crença de que o Brasil “é um dom de Deus e da Natureza”; (ii) a crença de que, a despeito das desigualdades, o brasileiro é um povo pacato, generoso, feliz e sensual; (iii) a crença de que estamos em um país de-veras acolhedor, no qual prosperam todos aqueles que se dispõem a trabalhar, uma vez que não haveria, por aqui, discriminação de classe, de raça ou de credo; (iv) e ainda aquela segundo a qual, pela própria dimensão continental, estaríamos em um “país dos contrastes” regionais, o que atestaria uma produtiva e harmônica pluralidade econômica e cultural. Como se pode ver, trata-se de representações que invisibilizam as desigualdades e que permitem

9 GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

10 RAMOS, Arthur. *Guerra e relações de raça*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

11 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1). 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

12 ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

que uma sociedade que “pratica o *apartheid* social possa ter de si a imagem positiva de unidade fraterna, ocultando para si mesma a violência social que a constitui”.¹³

Com isto, vê-se que a consagração de “certa” história oficial, tal como queria a monarquia brasileira na primeira metade do século XIX e em nome da qual se empenhou o IHGB, não representava um mero recurso inócuo ou didático, mas toda uma política de memória agenciada por um Estado autoritário com a finalidade de produzir e fazer reverberar certas narrativas a despeito de outras. Tratou-se de uma política que optou por suavizar ou mesmo esquecer os problemas estruturais, operando uma naturalização das desigualdades em nome de uma narrativa mítica, desconstruída de sua própria história e de seu próprio povo. Assim, se podemos afirmar que as práticas de violência fazem parte da estrutura social brasileira e que são intrínsecas à própria formação do país enquanto nação, é também certo que as formas de silenciamento que lhe foram imputadas impediram seu diagnóstico e, conseqüentemente, seu enfrentamento.

Um episódio representativo e mais recente desse silenciamento é a fórmula segundo a qual seria “preciso esquecer para seguir adiante”, que pode ser depreendida das políticas de transição da ditadura desde a Lei de Anistia.¹⁴ Ao contrário de outros países latino-americanos, em que a reconstrução e a manutenção da memória de períodos ditatoriais se efetivaram com maior força e se mantiveram vivas no imaginário popular, como no Chile e na Argentina, no Brasil, a produção da memória da ditadura para inscrição do processo de abertura foi feita com base no apagamento

13 CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Editorial Perseu Abramo, 2019. p. 150.

14 SÁ, Israel de. *Memória discursiva da ditadura no século XXI: visibilidades e opacidades democráticas*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7586>. Acesso em: 13 jun. 2024.

das práticas de repressão que aí se deram. Uma análise mais acurada poderia nos mostrar que, se havia, por um lado, a produção e a circulação de enunciados como “é preciso lembrar para fazer justiça”, “é preciso lembrar para não acontecer novamente” e “é preciso lembrar, mas não se vingar”; havia, por outro lado, com mais força e alcance, a produção e a distribuição de enunciados que sugeriam o esquecimento: “é preciso esquecer para continuar”, “é preciso esquecer para não reviver/produzir conflitos”, “é preciso esquecer, mas apenas depois de se fazer justiça”.¹⁵ Eis aí uma forma de silenciamento da história que considera o esquecimento como pré-requisito para a pacificação e que acaba não apenas por naturalizar as arbitrariedades cometidas pelo regime civil-militar, mas também por instaurar uma “política de restos” que institui efeitos de violência no presente, especialmente contra grupos historicamente marginalizados.

Não são fruto do acaso, portanto, os enunciados dulcificados a que assistimos no Brasil dos últimos anos relativamente à ditadura. Tais enunciados são, antes, um atestado da força e da duração desse processo de apagamento. Apenas a título de exemplo — e voltando, agora sim, a Jair Bolsonaro —, lembremos de algumas declarações do ex-presidente: em julho de 2018, no programa *Roda Viva*, o então candidato à presidência negou que tenha havido golpe militar em 1964: “Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor”.¹⁶ Esse mesmo discurso justificaria a determinação do próprio Bolsonaro, em março de 2019, já eleito e empossado presidente, de realizar nos quartéis cerimônias comemorativas relativas à tomada de poder pelos militares, em março de 1964. No canal de comunicação oficial do

15 *Ibid.*, p. 69.

16 OSAKABE, Marcelo. Bolsonaro no Roda Viva: ‘Não houve golpe militar em 1964’. *Estadão*, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-houve-golpe-militar-em-64-afirma-bolsonaro-no-roda-viva,70002423000>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Planalto, em 31 de março de 2019, um vídeo defendia a versão de Bolsonaro: “O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história”, dizia o ator.¹⁷ Já em 2020, mais uma vez no dia 31 de março, ao ser questionado por simpatizantes quando saía do Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmava: “Hoje é o dia da liberdade”.¹⁸ Como se pode ver, são narrativas promovidas pelo autoritarismo e cuja manutenção se dá na base do silenciamento das práticas de violência.

Fazendo jus à sua postura autoritária, a partir de 2020, o então presidente estenderia esse apagamento também às narrativas relativas à pandemia pela Covid-19. Em março de 2020, em mais de uma ocasião, sendo uma delas um pronunciamento oficial, Bolsonaro reduziu a pandemia, que àquela altura já fazia suas primeiras vítimas, a uma “gripezinha”. No mesmo mês, ao ser indagado sobre a possibilidade de o Brasil se igualar aos Estados Unidos em número de mortos, quando os norte-americanos já acumulavam 82 mil casos da doença, o então presidente afirmou que o brasileiro precisaria ser “estudado”, uma vez que “pula em esgoto e não acontece nada”. Se, na declaração anterior, a pandemia estava reduzida a uma “gripezinha”, aqui, as doenças provocadas particularmente pelas desigualdades de acesso ao saneamento básico estavam reduzidas a “nada”. Já em setembro de 2021, momento em que mais de 584 mil pessoas já haviam morrido no Brasil, Bolsonaro afirmou, em entrevista aos alemães Vicky Richter e Markus Haintz, ligados à direita radical, que a Covid-19 “apenas encurtou por alguns dias ou algumas semanas”

17 ALMEIDA, Amanda; MAIA, Gustavo. Planalto divulga vídeo que exalta golpe militar de 1964. *O Globo*, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>. Acesso em: 13 jun. 2024.

18 COLETTA, Ricardo Della. Bolsonaro se refere a aniversário do golpe de 64 como ‘dia da liberdade’. *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-se-refere-a-aniversario-do-golpe-de-64-como-dia-da-liberdade.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

a vida das pessoas que tinham comorbidades. Em janeiro de 2022, ao comentar as tantas mortes de crianças em decorrência do vírus, o então presidente ainda daria a seguinte declaração: “Algumas morreram? Sim, morreram, lamento profundamente, mas é um número insignificante, tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também”.¹⁹ Nestas duas últimas declarações, vê-se o apagamento da própria morte e de seu assombroso quantitativo ao longo da pandemia.

É justamente como um contraponto a esse apagamento, promovido por práticas discursivas que se esquivam da história e que naturalizam as desigualdades, que se inscreve o pronunciamento de Lula ao qual fizemos referência no início desta apresentação. Ali, Lula cartografa, visibiliza e afirma as desigualdades, detalhando ainda suas distintas formas de manifestação: desigualdades de renda, de gênero, de raça, de acesso ao mercado de trabalho, de representação política, de acesso à saúde, à educação, à habitação, à alimentação... Trata-se de uma política memorialística que não apaga problemas estruturais, mas que assume as históricas desigualdades e as toma como pauta de governo. Assim, conforme dizíamos anteriormente, se o pronunciamento de Lula (bem como sua repercussão entre a equipe de governo) decorre, claro, de um diagnóstico da própria estrutura social brasileira, ele decorre ainda mais, certamente, da naturalização ou do apagamento das desigualdades a que vínhamos assistindo no governo anterior, comandado por Jair Bolsonaro. O pronunciamento de Lula, pois, convoca a uma resistência por meio da memória. E é nessa tarefa que também se inscreve este livro.

19 QUEIROZ, Vitória. 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. *Poder 360*, 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Os capítulos aqui reunidos derivam dos trabalhos apresentados nas mesas-redondas do Colóquio *Cartografias do Contemporâneo VI*, realizado entre os dias 04 e 06 de dezembro de 2023, presencialmente, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (PB).²⁰ O evento, realizado com apoio da Capes, é resultado de um projeto interinstitucional que congrega grupos de pesquisa de diversas instituições brasileiras, mais particularmente grupos que se dedicam aos Estudos Discursivos Foucaultianos. A cada ano, os grupos se reúnem em um evento que tem o propósito de discutir e divulgar os trabalhos desenvolvidos por seus integrantes, tanto docentes quanto discentes, bem como por outros pesquisadores convidados cujas pesquisas articulem a temática a ser discutida ao pensamento de Michel Foucault. A temática discutida nesta sexta edição foi justamente *Cartografar as desigualdades: visibilizar e resistir*. O intuito foi o de cartografar as desigualdades para resistir às políticas de apagamento, visibilizando a opressão e agenciando vias de enfrentamento: um modo de reaver a memória que nos foi furtada, a fim de problematizar o presente e projetar o futuro.

Afinal, ainda que as últimas décadas da história brasileira nos tenham legado alguns avanços — a exemplo das políticas afirmativas direcionadas a tantos grupos e do crescimento dos movimentos identitários dos grupos minoritários —, é também verdade que os últimos anos trabalharam não apenas no aprofundamento, mas também na manutenção do silenciamento das desigualdades. Assim, depois de oito anos de contínuos golpes e de uma pandemia que, aliada a um governo autoritário/fascista, nos furtou mais de 700 mil vidas, entendemos ser preciso, mais do que nunca, trabalhar em uma cartografia que nos permita visibilizar e resistir às desigualdades das quais decorrem inúmeros modos de opressão. É com esse intuito que se apresenta este livro. Pensando com Foucault, ele cartografa os discursos que materializam e

20 Site oficial: <https://sigeventos.ufpb.br/eventos/public/evento/Cartografias>. Acesso em: 16 jun. 2024.

produzem, de modos diversos, as desigualdades: desigualdades políticas, desigualdades de direitos e oportunidades, desigualdades econômicas, desigualdades de acesso ao cenário público, desigualdades de gênero, desigualdades territoriais, desigualdades geopolíticas, desigualdades de produção, validação, circulação e de acesso a informações.

Para tanto, nossa proposta é pensar *com Foucault*. Em termos teórico-metodológicos, partimos da ideia de uma cartografia que decorre da própria obra foucaultiana, mais particularmente da interseção das perspectivas que a fundamentam e que se voltam à análise dos saberes, dos poderes e dos sujeitos: a arqueologia e a genealogia. Por um lado, a **arqueologia** ocupa-se da análise do arquivo: um sistema geral que rege a emergência, os deslocamentos e o desaparecimento dos discursos no decorrer do tempo histórico, cuja função seria determinar a possibilidade de emergência dos enunciados, os tipos de relação que estabelecem entre si, sua reativação em momentos distintos, bem como sua apropriação por determinados grupos.²¹ Assim, partindo do pressuposto de que, uma vez dito, os enunciados se abrem a um futuro eventual e permanecem disponíveis à repetição e à transformação, poder-se-ia dizer que empreender uma análise arqueológica dos discursos significa descrever o arquivo a partir dos enunciados que ele comporta e dos jogos de memória que nele se processam. É nesse ínterim que questionamos às coisas ditas sobre o campo de elementos antecedentes a partir dos quais se situam, mas também as relações a partir das quais se deslocam e se atualizam.²²

21 FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. *Repensar a política*. Ditos e escritos VI. Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 1-25.

22 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010b.

Por outro lado, a **genealogia** proposta por Foucault requer a consideração dos poderes que regulam os discursos e que, juntamente aos saberes instituídos, produzem os sujeitos, docilizam seus corpos e governam suas vidas.²³ Trata-se aqui de um poder microfísico: que se dissipa por todo o tecido social, que é um exercício entre sujeitos, que é ação de uns sobre os outros, que é a multiplicidade das relações em torno das quais os sujeitos se digladiam cotidianamente. Neste sentido, Foucault coloca no centro de sua analítica o caráter relacional do poder, na medida em que lança luz às lutas que se dão a partir de uma provocação entre termos que se incitam permanente e reciprocamente. Com isto, considera-se uma relação que exige a oferta de todo um campo de resistências: “Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta”.²⁴ Assim entendidas, as resistências não se encontram em posição de exterioridade relativamente ao poder, mas lhe são intrínsecas, constitutivas, posto que não podem existir se não em função de um campo estratégico: “elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irredutível”.²⁵

É considerando estas duas perspectivas da obra foucaultiana que se poderia pensar em uma **cartografia**, conforme Deleuze.²⁶ Em uma cartografia tradicional, o intuito é a elaboração de mapas

23 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2013; FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

24 FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 248.

25 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 104.

26 DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

que se referem tanto a territórios (regiões, fronteiras, topografias) quanto a populações (indicadores étnicos, econômicos, educacionais etc.). Em uma cartografia dos discursos, por seu turno, o intuito é o de analisar a emergência, a constituição, a circulação, além das táticas, dos instrumentos e das movimentações estratégicas que se processam entre enunciações, saberes, jogos de verdade, relações de poder, práticas de resistência, práticas de liberdade, modos de objetivação, de subjetivação e de estetização dos sujeitos.

Assim, a cartografia de que aqui tratamos “não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se no tempo, mas também no espaço, além de incorporar os métodos históricos de Foucault — o eixo metodológico saber-poder-subjetividade — à medida que se apresenta como método de análise de dispositivos”.²⁷ Trata-se de pensar a cartografia, então, como meio de problematizar a história do presente, de fazer uma crítica do nosso tempo e das relações que fazem de nós aquilo que nós somos. É o que pretendemos com esse livro: empreender uma cartografia dos discursos que tematizam e mesmo produzem as desigualdades, analisando seus modos de emergência e conservação, bem como os poderes que os agenciam e trabalham na produção de determinados sujeitos e esquemas de comportamento.

Com vistas a tal discussão, o sumário está dividido em quatro eixos: (i) *Desigualdades políticas*, (ii) *Desigualdades de gênero*, (iii) *Desigualdade, subjetividade e grupos minorizados* e (iv) *Desigualdades na produção e na circulação das informações*.

O primeiro eixo — ***Desigualdades políticas*** — é composto por quatro capítulos e tem início com aquele intitulado *Desi-*

27 PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan./jun., 2013. p. 48.

gualdade, um enunciado de veridicção na arte de governar de Lula. Escrito por Cleudemar Alves Fernandes, o capítulo reflete sobre o emprego de *desigualdade*, como enunciado, no discurso de Luiz Inácio Lula da Silva durante o exercício de seu terceiro mandato, em vigência (iniciado em 2023). Seu objetivo é verificar se e de que forma *desigualdade* constitui uma veridicção, um regime de verdade na arte de governar de Lula. A análise recai sobre enunciados do presidente divulgados em quatro perfis do Instagram, dois deles de portais de notícias e dois políticos. A hipótese que se aventa é a de que os sentidos de *desigualdade*, nos discursos de Lula, contrapõem-se aos preceitos do neoliberalismo, no entanto, percebe-se que essas práticas discursivas, com foco na desigualdade econômica, confrontam com o Governo do Estado, que abarca outros agentes políticos.

Na sequência, Kátia Menezes de Sousa, no capítulo *Invisibilidades e desigualdades na razão neoliberal: sujeitos de interesse e de direito entre o individual e o coletivo*, interessa-se, na esteira de Foucault em *Nascimento da biopolítica* (1979), pelos princípios que garantem o funcionamento da racionalidade neoliberal e os modos de vida dos sujeitos que são constituídos nas relações por ela desencadeadas. Seu objetivo é o de problematizar as relações entre economia empresarial e governo das condutas da população. Para isso, divide sua discussão em dois pontos: o primeiro, busca, por meio da análise de enunciados proferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia das Nações Unidas (ONU) de 2023, tensionar a lógica neoliberal em sua relação condicionante com as desigualdades; o segundo, reflete, ao analisar um enunciado publicitário (a campanha da Chevrolet Tracker *Elas na direção*), sobre o modo como causas coletivas de desigualdade são apropriadas para fins econômicos. Com isso,

busca explicitar as práticas e comportamentos que atuam como condições para a existência da racionalidade neoliberal, mesmo quando esta é denunciada como motivadora de desigualdades e apagamentos de parcelas da sociedade.

No capítulo *A revelação da desigualdade e a direita rebelde: esboços de uma topografia da política argentina atual*, Mariano Dagatti aborda o esgotamento, desde o final do século XX, de uma longa tendência de redução das desigualdades que se verificou na Argentina nas três décadas do pós-guerra. Com a ascensão meteórica da extrema-direita, por meio de La Libertad Avanza, que tem em Javier Milei seu expoente, nota-se um tensionamento daquilo que é comum à política: diferentes atores que buscam em apostas coletivas a identificação de problemas e de seus responsáveis e a oferta de soluções para o futuro. Por meio de uma competição renovada e midiaticizada, os diferentes atores políticos narram de maneira específica a posição e o lugar que ocupam nesse jogo. O que se objetiva no texto, portanto, é a elaboração de uma topografia do atual sistema político argentino, ou seja, descrever as características de seu sistema topológico, levando em conta dois níveis: o surgimento, a consolidação e a recessão de diferentes identidades políticas concorrentes e dos circuitos de mediação, cuja principal novidade é a crescente “plataformização” dos discursos públicos.

Fechando o primeiro eixo, Carlos Piovezani, em *Afetos da fala pública: uma breve cartografia das desigualdades*, aborda a relação entre os afetos e os laços sociais, por meio da fala pública. Inscrito em uma abordagem discursiva, que permite analisar enunciados não tomados como verdades, mas como processos, práticas e produtos da história que controlam o que dizem e suas maneiras de dizer, Piovezani propõe o exame discursivo da linguagem e da metalinguagem para esboçar uma breve cartografia das desigual-

dades em afetos da fala pública no Brasil contemporâneo. Em seu projeto, estabelece os seguintes princípios: (i) o medo se tornou um dos afetos privilegiados no campo da fala pública; (ii) os discursos desempenham um papel essencial em sua invenção e em suas reproduções, em suas metamorfoses e em nossas experiências; (iii) esses medos se modificam no tempo histórico e variam no espaço social, de modo que são diversamente experimentados pelos sujeitos de distintas sociedades e pelos de diferentes classes e grupos de uma mesma sociedade, porque neles se configuram variadas composições interseccionais. Para cumprir seu objetivo, então, percorre a história dessas relações, a fim de ilustrar esses princípios ao analisar a fala pública de quatro personagens: Tér-sites (*Ilíada*, de Homero), Jerônimo e Homem do povo (*Terra em transe*, de Glauber Rocha), e Lula.

Já no segundo eixo, intitulado ***Desigualdades de gênero***, no capítulo *A violência como enunciado rizomático na experiência das masculinidades: a fala, a voz e o silêncio dos homens*, Pedro Navarro tem como objetivo central investigar como a fala e a voz se comportam como enunciados rizomáticos circulantes em postagens, feitas nas redes sociais, que apresentam conteúdos que estimulam a prática de uma masculinidade positiva e plural. Navarro parte da hipótese de que a voz e a fala normalizam o padrão hegemônico de masculinidade, manifestando, com isso, uma vontade de verdade do que é ser homem, o que acaba por manter os laços entre esse padrão e a violência. Em seu percurso, retoma suas pesquisas sobre as masculinidades e se debruça mais fortemente sobre os modos de dizer as experiências das masculinidades nas redes sociais, com atenção especial para a confissão e a contradição enunciativa no que diz respeito à fala e à voz, a violência como enunciado rizomático forte da dominação masculina e, por fim, sobre o rizoma da violência e o silêncio que se impõe sobre a voz masculina. Suas análises se dão sobre enunciados colhidos

de perfis do Instagram que integram um certo universo das masculinidades, bem como de grupos de WhatsApp de coletivos de homens aos quais o pesquisador teve acesso.

Em *Desigualdades de gênero na CPI do MST: silenciamentos e resistências na fala pública de Sâmia Bomfim*, Amanda Braga problematiza a luta das mulheres pelo direito de falar no cenário político-partidário. Considerando a dimensão histórica dos discursos que buscam o silenciamento das mulheres no cenário público, bem como os lugares de resistência agenciados nesse ínterim, a autora analisa enunciados produzidos no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento Sem Terra (MST), instalada na Câmara dos Deputados em maio de 2023. Ali, ela nos mostra a disputa travada entre a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/ SP) e o deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos/ RS), presidente da CPI, em torno da fala pública. Cartografando os diversos e distintos instrumentos de que lança mão, em nossos dias, aquilo que chama de *dispositivo de silenciamento das mulheres*, a autora faz uma acurada análise das desigualdades de gênero que se abatem sobre as repartições das possibilidades e dos efetivos exercícios de fala pública.

Se a fala é dada de maneira irregular à mulher que ocupa cargo público, em meio a disputas e silenciamentos, é ainda mais limitada quando se trata da mulher que é companheira ou ex-companheira de homem público. É sobre esse aspecto que Vanice Sargentini se debruça em *As desigualdades na política: subjetividade e verdade nas denúncias de mulheres*. A pesquisadora mostra uma regularidade que circunscreve essas mulheres e produz um apagamento: são sempre “esposas de” ou, ainda pior, “ex-esposas de”. Tendo, então, como ponto de partida, o questionamento de “como a desigualdade em dar voz e ouvido às ‘esposas de’ na política é motivada por uma veia histórico-filosófica e por relações

de saber-poder de grupos políticos que as fazem calar ou falar, serem ouvidas ou ignoradas”, Sargentini mobiliza as discussões foucaultianas sobre subjetividade e verdade, numa perspectiva arqueogenealógica capaz de mostrar as continuidades e descon-tinuidades desse modo de ouvir ou silenciar as mulheres, para analisar acontecimentos na política brasileira, ocorridos do pe-ríodo da pós-ditadura (1989) à atualidade, em que o escândalo da denúncia feita por uma ex-esposa recai mais sobre ela, sua beleza, sua traição, seus gestos e atitudes, do que sobre o próprio tema da denúncia. Suas análises se dão sobre enunciados midiáticos, publicados em grandes veículos de notícias, que abordam alguns dos grandes escândalos da política nacional que vieram à tona a partir de denúncias de “ex-esposas”.

Ainda com foco nas desigualdades de gênero, Denise Gabriel Witzel, em “*A dor da dor das outras*” no *reencontro de discursos, co-ragem da verdade e escrita de si*, parte do estudo sobre o fenômeno de sentir a dor da dor de uma outra pessoa, tomado como uma parte importante da experiência humana, a fim de articulá-lo ao contexto histórico, social e cultural de emergência do enunciado *A dor da dor das outras*, título de um dos capítulos da autobiografia *A velhice que eu habito*, de Ivone Gebara (2021). Este enunciado, que irrompe em meio à *escrita de si*, põe luz a uma *coragem da verdade* de uma filósofa, teóloga e feminista que reflete sobre o mundo e as complexas epistemologias acerca do ser mulher, privi-legiando em grande parte de seu trabalho as experiências de vida de mulheres empobrecidas e imersas em profundos sofrimentos. É precisamente em relação às dores dessas mulheres, sentidas, narradas, atravessadas e constituídas por questões de gênero que a autora se propõe a cartografar, arqueologicamente, uma produção discursiva tramada por fios éticos e religiosos na luta contra as formas de opressão que incidem direta e fortemente sobre o corpo da mulher.

Abrindo o eixo *Desigualdade, subjetividade e grupos minorizados*, Bruno Franceschini e Ester Geovana de Sousa Albuquerque, no capítulo “Qual experiência podemos fazer de nós?” *Confissão, verdade e subjetividade*, tomam o objeto discursivo “abandono paterno” para problematizar o sujeito abandonado na atualidade. Retomando o questionamento de Foucault, “Quem somos nós hoje?”, os pesquisadores o reordenam a partir de seus propósitos de pesquisa: quem é esse sujeito abandonado? Como esse sujeito, pela prática de confissão, enuncia a experiência de si? As análises que empreendem são de enunciados-entrevistas coletadas no âmbito do projeto *Cartografias discursivas: a constituição de um dispositivo de abandono paterno*, tendo em vista a operacionalização dos conceitos de subjetividade e de sua relação com a verdade, a fim de investigar como a experiência de si, em uma leitura arqueogenealógica, é extraída nas práticas de confissão.

O trabalho de Sandro Braga, intitulado *Em defesa de uma transverdade do sujeito*, põe luz sobre o sujeito-trans a partir de uma reflexão em torno da *vontade de verdade* e da configuração de uma *transverdade*. Em seu empreendimento, retoma a problemática do corpo e da “verdadeira identidade sexual”, bem como o processo de subjetivação através dela, para observar seus desdobramentos na (des)ordem do contemporâneo. Tendo como hipótese o fato de que, quando o bom funcionamento do corpo passa a ser uma visada política, é o biopoder que atua na gestão daquilo que tange, entre outras coisas, à sexualidade, o autor traça um percurso sobre a constituição de uma transverdade circunscrita pelos discursos médico e jurídico, para então delimitar um outro modo de enunciar que diz do sujeito-trans de outra posição, que antes de negar um certo corpo, renega os dispositivos de governamentalidade dos corpos via discurso orientado pelo pensamento cisgênero. Analisando postagens de Bia Pagliarini no blog *Blogueiras feministas*, Braga sustenta, então, que o conceito

de transversidade está fortemente atravessado pela possibilidade do dizer do corpo e, a partir desse entrincheiramento — corpo e sujeito — estabelecem-se outras relações com gênero e identidade.

Já em *Constituições discursivas da territorialidade indígena: ancestralidade, memória e regimes de saber desviantes*, Israel de Sá analisa o embate discursivo em torno do objeto “território indígena” na contemporaneidade com vistas a mostrar a sua especificidade em regimes de saber indígenas, pautados na ancestralidade e na manifestação de uma *memória larga* pré-colonial. Para isso, o pesquisador apresenta um panorama da formação discursiva do objeto terra/território regulado pelo saber ocidental moderno, que implica uma deslegitimação de saberes-outros, como o indígena, e delimita a floresta como um não lugar. Na sequência, discute a produtividade de uma abordagem da memória ancorada em referenciais indígenas e finaliza com a análise de enunciados artísticos indígenas (poesia cançãoeira e pinturas) que manifestam uma articulação fundamental entre corpo-território/floresta-vida.

Os processos de exclusão também são objeto do trabalho desenvolvido por Jocenilson Ribeiro. No capítulo *Hospitalidade assimétrica brasileira no arquivo da estrangeiridade*, Ribeiro tece reflexões acerca da xenofobia no Brasil como prática discursiva e objeto de estudo em análise do discurso, vinculada a outras práticas discursivas como a glotofobia e a sinofobia. Com foco naquilo que chama de *arquivo da estrangeiridade*, o pesquisador aborda o problema dos sujeitos estrangeiros ou estrangeirizados no Brasil, em particular o discurso da hospitalidade assimétrica. Para isso, divide sua discussão em três aspectos: inicialmente, faz uma breve análise de um texto de Michel Foucault, dos anos 1970, acerca da crise migratória; em seguida, reflete sobre o problema do estrangeiro no arquivo da estrangeiridade; por fim, analisa uma postagem em rede social do ex-ministro da educação Abraham

Weintraub, com vistas a observar como o ministro mobiliza aspectos linguísticos e semióticos na materialidade discursiva para a constituição dos sentidos de sujeito chinês como inimigo político-ideológico e suposta ameaça.

No capítulo seguinte, intitulado *Entre o inconveniente e o tolerado: invisibilização do sujeito na objetivação cristã*, Cristina Batista de Araújo tem como objetivo refletir sobre a subjetivação que se dá apoiada na racionalidade cristã associada à ideia de salvação, que traça uma divisão entre o sujeito inconveniente e o sujeito tolerado na moral cristã. Araújo parte então da hipótese de que, para se chegar ao sujeito desejado, o cristianismo produziu e produz uma subjetividade por meio da qual o sujeito renuncia a si mesmo e se coloca em estado de constante obediência. Nesse sentido, traça um percurso que vai da *Hermenêutica do sujeito*, para abordar o cuidado de si, o poder pastoral e os processos de confissão, até a análise do funcionamento da racionalidade pautada no caráter salvífico em enunciados políticos contemporâneos.

Partindo agora para o eixo intitulado ***Desigualdades na produção e na circulação das informações***, no capítulo *O avesso da literatura: uma análise da interdição do romance de Jeferson Tenório à pele dos Estudos Discursivos Foucaultianos*, Pedro Henrique Varoni de Carvalho, Cássia dos Santos e Daniel Perico Graciano discutem o acontecimento da interdição da obra *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, incluído no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), à luz de uma releitura do pensamento de Michel Foucault sobre a literatura em diálogo com suas teorizações em relação ao discurso. Os autores sustentam que o acontecimento em torno da interdição da obra, na condição de livro indicado para estudantes, exemplifica um certo funcionamento dos discursos na contemporaneidade, em que leituras fragmentadas e postas a

circular nas plataformas, como o Instagram, desencadeiam reações conservadoras, sem considerar o contexto mais amplo. Para dar andamento à proposta, os autores recolhem os enunciados que justificaram as interdições do livro nas escolas, procurando perceber traços do racismo estrutural nas leituras enviesadas da obra e, em seguida, buscam uma valorização da real dimensão do livro e de sua temática, a saber o racismo estrutural, a violência policial, a educação periférica no Brasil.

Na sequência, o capítulo *A “liberdade de expressão” como álibi: uma análise discursiva de seus usos e abusos pela extrema direita brasileira*, escrito por Luzmara Curcino e Joseli Machado, analisa o funcionamento discursivo da apropriação e dos usos que a extrema direita, no cenário brasileiro atual, faz do enunciado “liberdade de expressão”. As autoras se debruçam sobre uma amostra bastante representativa e atual dos usos e abusos desse anúncio pela extrema direita brasileira, a fim de refletir sobre os efeitos de sentido visados com o seu emprego em um vídeo de uma produtora audiovisual (Brasil Paralelo) que, criada em 2016, se tornou um verdadeiro fenômeno midiático-comercial de seu segmento, de impacto na comunicação política no Brasil, e que desempenhou importante papel na viabilização da eleição que levou à presidência Jair Bolsonaro, um político do baixo-clero, sem expressão nacional e representante da extrema direita.

Por fim, com o capítulo *“É verdade esse bilhete!”: racionalidades em jogo na produção da (des)informação midiática*, Vinícius Durval Dorne põe luz sobre as relações indissociáveis entre discurso, poder e verdade a partir da produção de enunciados considerados como *fake news* circulados na *internet*. O intuito do trabalho é problematizar esse fenômeno da desinformação a partir da economia do poder, tal como discutida por Michel Fou-

cault. O olhar do pesquisador se detém na presença e no papel desempenhado pelas plataformas de comunicação nos regimes atuais de sociabilidade, em especial na circulação da desinformação, e questiona como se constrói uma dada plataformização da vida, em que as companhias denominadas como *big techs* pouco ou não se responsabilizam como espaços que propiciam a produção e o compartilhamento de notícias falsas. Busca-se então compreender como esses enunciados se ligam a determinados exercícios de poder, para localizar sua posição, vislumbrar os métodos e estratégias utilizados discursivamente em seu regime de funcionamento. Trata-se de uma análise das relações de poder exercidas pelas *fake news* por meio do antagonismo das estratégias, das formas de resistência às quais atacam, de como buscam dissociar tais relações.

Como se vê, este livro empenha-se para ofertar aos discursos que tematizam e produzem as desigualdades uma visibilidade fundamental. Isto porque, como diria Julián Fuks, se, por um lado, depois de tantos reverses, “Distrair-se e esquecer é gesto compreensível, é parte de um impulso vital e ajuda a recuperar a sanidade”, por outro lado, estamos num momento em que é preciso não nos distrairmos demais, “mas realizar um vasto movimento de justiça e de memória”.²⁸ Afinal, como diriam nossos irmãos chilenos, “A luta contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”.²⁹ Neste caso, este livro existe, então, porque nós precisamos saber quem nós somos, porque nós precisamos não esquecer quem nós somos. É assim que saberemos o que

28 FUKS, Julián. Contra a tentação de esquecer, os últimos anos pedem memória e justiça. *Uol*, 06 maio 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2023/05/06/contr-a-tentacao-de-esquecer-os-ultimos-anos-pedem-memoria-e-justica.htm>. Acesso em: 13 jun. 2024.

29 Frase do escritor checo Milan Kundera, usada pelos chilenos como *slogan* político de resistência durante a ditadura militar liderada pelo general Augusto Pinochet, entre as décadas de 70 e 90, considerada uma das mais sangrentas da América Latina. Os cartazes com a frase estão hoje expostos no *Museo de la memoria e los derechos humanos*, em Santiago, no Chile.

queremos ser num futuro próximo. Uma ótima leitura a todas,
todes e todos.

Julho de 2024

Amanda Braga e Israel de Sá